**EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: NOVOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Eloisa Fatima Figueiredo Semblano Gonçalves[[1]](#footnote-1)

Alexandre Farbiarz[[2]](#footnote-2)

**Palavras-chave:** Educação a Distância; Educação *online*; Ensino Remoto; Midiatização; Tecnologias Digitais.

**Introdução**

As novas formas de comunicação fazem com que os sujeitos se comportem de maneira diferente diante das inovações tecnológicas, fundamentalmente a partir das relações propiciadas pela Internet. A Internet trouxe para a vida cotidiana um novo aspecto cultural, suscitando novas “habilidades para o século XXI”. Segundo Pedro Demo (2008),somos desafiados pelas inovações tecnológicas e, assim, nossas formas de agir e produzir no mundo são transformadas. O autor ressalta que “[...] o que existe de mais concreto é o advento de modos de viver e produzir que nos lançam novos desafios, exacerbados, entre outras coisas, pela pressa das inovações tecnológicas” (*Ibid*., p. 5). Como ressaltam Faxina e Gomes (2016, p. 25):

Mais do que proporcionar o surgimento de novos dispositivos comunicacionais e seus naturais desafios, o atual processo midiático-cultural está inaugurando uma nova ambiência social. [...] Essa nova ambiência estabelece, para os seres humanos, um novo modo de ser no mundo.

Pensar, pois, o cotidiano escolar atravessado pela cotidianidade contemporânea implica em considerar os estudos de Gomes (2016, s.p.)[[3]](#footnote-3) que dão suporte a uma discussão mais ampla sobre o conceito de midiatização, já que sua análise aborda este conceito “como um paradigma para analisar e compreender a realidade contemporânea”, com vistas a uma reflexão meta-midiática e com uma visão mais sistêmica. O autor ressalta que:

[...] não se trata mais de um questionamento sobre a utilidade dos meios para a transmissão das mensagens, trata-se, na sociedade contemporânea midiatizada, de uma reflexão sobre os próprios meios – os dispositivos tecnológicos – como mensagens e sobre a ambiência em que nos encontramos, permeadas por estes dispositivos e suas intervenções. (*Ibid.*, s.p.)

Gomes traz à tona o conceito criado por McLuhan (2005, p. 21) de que “o meio é a mensagem”, através do qual nos faz compreender que “[...] a ‘mensagem’ de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas” (*Ibid.*, p. 22). Nesse sentido, é o meio que reestrutura e forma ações e associações humanas, o que nos leva a compreender que ao criar novas estruturas e/ou dispositivos tecnológicos o homem altera suas formas de ser e estar no mundo. Para McLuhan, o homem cria tecnologias como forma de se beneficiar e de facilitar seu trabalho, considerando, portanto, que as tecnologias criadas por ele são extensões do seu próprio corpo. Entretanto, o autor não trata em seus textos apenas da criação de tecnologias pelo homem, mas, ao trazer para a discussão a frase “o meio é a mensagem” (*Ibid.*, p. 21), busca analisar as modificações que os novos meios de comunicação, que vão surgindo com o avanço tecnológico, provocam nas organizações humanas e como as mensagens transmitidas por meios diversos ganham significados e dimensões diferentes.

Os novos meios e tecnologias pelos quais nos ampliamos e prolongamos constituem vastas cirurgias coletivas levadas a efeito no corpo social com o mais completo desdém pelos anestésicos. Se as intervenções se impõem, a inevitabilidade de contaminar todo o sistema tem de ser levada em conta. Ao se operar uma sociedade com uma nova tecnologia, a área que sofre a incisão não é a mais afetada. A área da incisão e do impacto fica entorpecida. O sistema inteiro é que muda. (*Ibid.*, p. 84)

Gomes (2016, s.p.) busca compreender as transformações sociais ligadas ao desenvolvimento das mídias e tecnologias digitais na contemporaneidade, considerando as inter-relações, ao apontar que “[...] a midiatização é usada como um conceito para descrever o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e considerar as inter-relações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural”. Para o autor, a midiatização abrange não apenas as mudanças dos meios técnicos, mas as mudanças socioculturais propiciadas por eles. Aqui retomamos a discussão acerca do cotidiano escolar e sua não dissociação do cotidiano mediado pelas mídias e tecnologias digitais na atualidade. Esta discussão nos faz refletir sobre a presença de um aluno, sujeito de uma sociedade em midiatização, no cotidiano escolar. Nesta discussão, não podemos descartar as questões referentes ao acesso à Internet e aos dispositivos, visto que terão influência direta no processo de midiatização do cotidiano e dos sujeitos nele inseridos.

**Contextualizando**

Tais considerações corroboram com a construção da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano – PPGMC/UFF. Pensar uma investigação no campo da Educação, em consonância com os processos comunicacionais da atualidade, demanda analisar a presença das mídias e tecnologias digitais no cotidiano escolar, entendendo que o cotidiano escolar não está dissociado do cotidiano contemporâneo. A aproximação entre as áreas da Educação e da Comunicação pode oferecer contribuições relevantes para ambos os campos de estudo, tendo em vista que reflete sobre os processos comunicacionais, mediados por tecnologias digitais, presentes no cotidiano e sua possível influência na produção de sentidos e de relações simbólicas que ocorrem nas interações entre professores e alunos.

Nesta busca pela compreensão dos sentidos produzidos nas interações entre professores e alunos, cabe compreender o campo da Comunicação enquanto *práxis* social e que seu desafio epistemológico e metodológico, como aponta Sodré (2006, p. 15-16), “[...] é suscitar uma compreensão, [...] ao mesmo tempo uma aplicação do que se conhece, na medida em que os sujeitos implicados no discurso orientam-se, nas situações concretas da vida, pelo sentido comunicativamente obtido”. Freire (2020 [1968], p. 89) já afirmava que “[...] a Educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Para o autor, os processos comunicativos exerciam papel central na produção do saber.

É neste âmbito que pretendemos desenvolver esta investigação, buscando compreender as interações entre professores e alunos do Ensino Médio de uma escola estadual, mediadas por mídias e tecnologias digitais, com olhar voltado para os processos comunicacionais que ocorrem nas situações concretas das salas de aula, para os sentidos comunicativamente produzidos e para as relações simbólicas presentes nas interações.

**Pré-campo: *Google Sala de Aula***

O percurso metodológico do estudo, bem como os métodos e procedimentos a serem adotados no campo depesquisa foram modificados e, porque não dizer ampliados, em virtude da pandemia de COVID-19. Após ter me dedicado inicialmente ao levantamento bibliográfico dos teóricos da Comunicação e de buscar um diálogo com os autores da Educação, o objetivo posterior era o de iniciar a investigação no campo, o que ainda não foi possível tendo em vista o isolamento social que estamos vivenciando por causa do período de quarentena decretado em virtude do novo Coronavírus. Entretanto, a oferta de práticas de educação a distância pelas Redes de Ensino aos alunos que estão em isolamento social, tornou-se um campo fértil para a minha investigação, tendo em vista que taisprocessos são mediados por tecnologias digitais.

Desta forma, em virtude da Pandemia, temos acompanhado ambientes mediados por tecnologias digitais, com alunos e professores de uma escola pública de Niterói. O estudo em questão se dá através da minha participação como pesquisadora observadora na plataforma digital *Google Sala de Aula*, disponibilizada pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC, para docentes e discentes manterem a rotina de aulas a distância.

Os dados apresentados e analisados na etapa da investigação descrita neste artigo foram coletados através da observação não participante, método qualitativo no qual o investigador não se integra ao grupo, presencia os fatos, mas sem envolver-se. Orgadi (2009, *apud* AMARAL, 2010) define este observador como aquele que apenas observa e se mantém em silêncio – o observador *lurker*. Trata-se, porém, de uma observação planejada e sistemática, que possibilita ao pesquisador uma aproximação com o seu objeto de estudo e permite a apreensão de aspectos da realidade em que se insere. Para Amaral, a opção por uma observação feita através de práticas de *lurking* exerce influência sobre a pesquisa, já que ficar em silêncio enquanto observa é também uma escolha do pesquisador e, consequentemente, interfere nos dados pesquisados.

A opção pela observação não participante neste pré-campo se deu em função de que este tipo de observação propõe um movimento exploratório que possibilita a obtenção de elementos que contribuirão para a construção do problema de pesquisa, além de oportunizar a construção de hipóteses, como aponta Thiollent (1986, p. 48):A fase exploratória consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou ‘diagnóstico’) da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações. [...] Nos seus primeiros contatos com os interessados, os pesquisadores tentam identificar as expectativas, os problemas da situação, as características da população e outros aspectos que fazem parte do que é tradicionalmente chamado ‘diagnóstico’.

Ainda segundo Thiollent (*Ibid.*, p. 50) “[...] após o levantamento de todas as informações, os pesquisadores e participantes estabelecem os principais objetivos da pesquisa”. Entretanto, a fim de limitar as interpretações subjetivas ou parciais do fenômeno estudado, um plano sistemático de observação deve ser elaborado e as anotações e o registro dos dados devem ser detalhados de forma que contribuam de maneira relevante para os objetivos da pesquisa.

**Educação e Pandemia: tecendo reflexões**

Fomos todos pegos de surpresa. Fomos todos retirados de nossa rotina diária e colocados em um novo lugar para desenvolvermos novas ações. À escola já cabia a discussão da presença das tecnologias nas salas de aula, mas nem de longe imaginava-se que a tecnologia assumiria papel tão preponderante como “sala de aula”. Não me refiro aqui à materialidade da tecnologia, mas à forma como esta se tornou mediadora dos processos educacionais em um tempo tão curto e de forma tão rápida. A pandemia da COVID-19 nos colocou em situação de isolamento social, sendo necessário o fechamento das escolas sem que fosse possível traçar um planejamento para a continuidade das aulas: em regime remoto, aulas *online* ou Educação a Distância (EAD)? O que tem sido promovido para os alunos?

Tais termos têm sido recorrentes nesse tempo de pandemia e distanciamento do espaço físico escolar. Entretanto, a diferença entre essas modalidades já vem sendo discutida há algum tempo por pesquisadores da área da Educação no contexto cibercultural. Parto dos estudos de Edméa Santos (2005), cuja tese de doutorado já refletia sobre os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), típicos da EaD naquele momento, e sobre a Educação *online*:

É dentro do contexto da educação online que o conceito de AVA precisa ser problematizado, ou melhor, virtualizado. A aprendizagem mediada por AVA pode permitir que, através dos recursos da digitalização, várias fontes de informação e conhecimento possam ser criadas e socializadas através de conteúdos apresentados de forma hipertextual, mixada, multimídia, com recursos de simulações. Além do acesso e possibilidades variadas de leituras, o aprendiz que interage com o conteúdo digital poderá também se comunicar com outros sujeitos de forma síncrona e assíncrona em modalidades variadas de interatividade: um-um e um-todos comuns das mediações estruturados por suportes como os impressos, vídeo, rádio e TV; e principalmente todos-todos, própria do ciberespaço. (*Ibid*., p. 91-92)

A autora problematiza a EaD por meio de AVAs, sinalizando que “[...] é possível encontrar no ciberespaço comunidades que utilizam o mesmo AVA com uma variedade incrível de práticas e posturas pedagógicas e comunicacionais” (*Ibid.*, p. 94). Desta forma, fica evidente que o que caracteriza as práticas como “instrucionistas, interativas ou cooperativas” (*Ibid.*, p. 94) não é a tecnologia utilizada em si, mas a forma como a mediação docente se apresenta. Então o que diferencia a EaD da Educação *online?*

Santos (2009, p. 5659-5660) aponta uma diferença metodológica, observando que “[...] com a internet e os ambientes *online*, muitos programas de EAD migraram seus desenhos, mantendo a mesma lógica comunicacional da mídia de massa e da tradição da EAD que separa os sujeitos dos processos de criação dos conteúdos e do próprio desenho didático”. Assim, a autora associa características não interativas à EaD, conceituando a Educação *online* como “[...] o conjunto de ações de ensino-aprendizagem ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas e hipertextuais” (*Ibid.*, p. 5663).Em virtude da pandemia, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) vemdesenvolvendoo projeto “*Live* ANPEd Presente na Quarentena”, a fim de promover debates acerca da educação em tempos de pandemia do Coronavírus. Na *live* “Educação a Distância: Universidade e Pandemia”, a professora Edméa Santos é convidada a diferenciar os conceitos aqui enunciados e que têm sido amplamente estudados por ela em seus grupos de pesquisa. Sobre o conceito de EaD, Santos (2020) aponta que sempre que temos pessoas dispersas geograficamente e que lançamos mão de tecnologias para oferecer educação formal, sejam elas mídias massivas ou não, podemos entender que estamos promovendo EaD: “Então, desde a mediação com materiais impressos, as audiovisualidades desconectadas, a combinação de audiovisualidades com material impresso, tudo isso engendrou EAD” (*Ibid*., s.p.).

Ao tratar da Educação *online*, Santos vai dizer que a Internet mudou a forma de fazer EaD, tornando possível a formação de comunidades - no caso da educação, de salas de aula -, a conversa, a troca síncrona, através das mídias digitais em rede. A professora faz questão de enfatizar que tanto a EaD quanto a Educação *online* são formas de fazer educação com intencionalidade e requerem um pensamento curricular.

Tais características vão diferenciar o que tem sido proposto pela Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro até o momento neste tempo pandêmico, através do uso da plataforma *Google Sala de Aula*, de ações educacionais a distância que engendram processos curriculares.

Outras questões surgem a partir destas reflexões: como professores e alunos têm se apresentado frente às aulas mediadas por plataformas digitais? Qual o impacto da exclusão digital neste momento em que a escola se faz presente através do digital em rede?

**Sobre a mediação: participação docente e discente na plataforma**

A plataforma *Google Sala de Aula* foi implementada pela SEEDUC-RJ, através da Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020, através da Deliberação CEE Nº 376/2020, com o objetivo de disponibilizar um ambiente digital que propiciasse aos alunos diferentes possibilidades de aprendizagem e interação neste momento de isolamento social em que as escolas estão fechadas. Foi criada, pela SEEDUC-RJ, uma conta institucional no Gmail e através dela professores podem acessar as salas de aula das suas turmas para postar as atividades planejadas e preparadas para os alunos. Por orientação da SEEDUC-RJ, os materiais organizados e selecionados pelos professores para suas aulas deverão estar de acordo com o Currículo Básico e o Documento Orientador da BNCC.

Para melhor compreender a participação docente e discente na plataforma *Google Sala de Aula*, tomo como referência Santaella e Cardoso (2015, p. 169) que se baseiam na noção de *mediação técnica*, de Latour (1994), sob a tese “[...] de que tanto o humano quanto o objeto técnico mudam a partir da relação nova constituída pela conjunção homem/objeto”. Em seu estudo, os autores visam “[...] trazer nova luz sobre as teorias do social, teorias das redes e dos estudos interdisciplinares, especialmente no que concerne à técnica e sua relação com a comunicação e a cultura” (SANTAELLA; CARDOSO, 2015, p. 169), trazendo não apenas o conceito de mediação[[4]](#footnote-4) de Latour (1994), mas também o conceito de tradução[[5]](#footnote-5). Estes conceitos são tratados como um binômio que “implica o conceito de ‘ator híbrido’ e actante – isto é, aquele que faz o outro fazer” (SANTAELLA; CARDOSO, 2015, p. 169).

Em Latour, a ideia de actante se refere a um achatamento das classes epistemológicas modernas (sujeito/objeto, sociedade/natureza) e expressa uma releitura do conceito de social, na medida em que se opõe à noção sociológica clássica de ator social. Por ação social Latour não quer significar apenas a ação do humano, mas fundamentalmente a ação da associação, da combinação de actantes, que podem ser homens, armas, gavetas, instituições, código penal etc. Assim, no plano da ação, a ênfase se desloca mais para os meios, para as misturas, para o ator híbrido, pois a “ação não é uma propriedade dos humanos, mas de uma associação de actantes” (LATOUR, 1994, p. 35). Deve ficar claro que a ideia de mediação está sendo relacionada aqui com um compartilhamento de responsabilidade da ação entre vários actantes, respeitando a ação de todos os envolvidos na técnica em questão. É isso que o autor entende por composição, já que apenas a soma de todos os agentes envolvidos pode conferir sentido à mediação. (*Ibid*., p. 169)

Ainda distante da compreensão da mediação enunciada por Latour (1994), que considera os suportes como parte da produção de sentidos, as postagens iniciais dos professores apontam o estranhamento de muitos frente à utilização de uma plataforma digital, demonstrando que, apesar de vivermos um tempo onde as tecnologias estão inseridas em nosso cotidiano, sua utilização enquanto mediação de processos educacionais não é lugar comum entre muitos deles: “Estou aprendendo esse mundo aqui e conto c vcs!” (PROF. 1); “Estou me ambientando a esta plataforma para iniciarmos nossas atividades” (PROF. 2); “Estou me familiarizando com essa maneira de dar aula” (PROF. 3). Desta forma, nas ações propostas através da plataforma, percebe-se ainda um longo caminho a ser percorrido até que seja possível considerar o híbrido, que abarca tanto a esfera humana quanto a não humana, um agenciamento novo que a tecnologia permite e que “só se efetiva na interação com o humano” (SANTAELLA; CARDOSO, 2015, p. 183).

Seria tão simplista imaginar que as máquinas governam os homens, quanto seria ingênuo supor que os homens são indiferentes à tecnologia. A ideia de mediação técnica presente em toda relação homem-máquina funciona como o movimento de dois astros em órbita mútua, em que o movimento de um é causa e consequência do movimento do outro. (*Ibid*., p. 183)

A partir dos comentários tecidos pelos professores, é possível percebermos que o uso da plataforma traz os professores para uma relação mais horizontal entre eles e os estudantes. Uma relação simbólica, em que o poder do conhecimento não se encontra centrado no professor, já que este está aprendendo junto com os estudantes essa forma de fazer educação, mediada por uma tecnologia digital.

Nesse contexto de aprendizagem mútua e menos verticalizada, foi possível observar um exercício de empatia por parte dos professores, ao compreenderem também as dificuldades apresentadas pelos alunos. O termo empatia aqui não é visto em seu sentido comum, como “colocar-se no lugar de outra pessoa”, ou “entendendo como a outra pessoa está se sentindo”, mas na perspectiva de construção do ato comunicacional e em um movimento de alteridade.

A empatia parece se delinear como um processo aberto de percepção e conhecimento da alteridade que se apresenta e a partir da qual se pode estabelecer uma relação de comunicação. A inexistência dessa abertura empática para o outro dificulta o estabelecimento de uma relação comunicacional na medida em que o terreno comum necessário para isso não é construído. (MARTINO, 2019, p. 6)

Ao encontrar comentários na plataforma como “Bom dia, amigos! Estamos iniciando nosso estudo *online*. Contem comigo e fiquem tranquilos!” (PROF. 4) e “Bom dia turma! Quem não entregou a atividade desta semana, ainda pode enviar. Eu entendo as dificuldades de acesso que podem ter ocorrido no dia específico para entrega e por isso mesmo continuo aguardando” (PROF. 2), é tangível a percepção de uma relação alteritária que possibilita o estabelecimento de uma relação comunicacional mais efetiva. Como mostra Freire (2020[1968], p. 86) ao afirmar que “a comunicação [...] implica uma reciprocidade que não pode ser rompida”; e ainda que “comunicar é comunicar-se em torno do significado significante” (*Ibid*., p. 86), sugerindo que “na comunicação, não há sujeitos passivos” (*Ibid*., p. 86) e que “o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (*Ibid.*, p. 87). Como apontam alguns estudantes na plataforma: “Eu sei que a correria para os conteúdos está sendo puxada e compreendo, mas alguns vídeos feitos pelos próprios professores explicando a matéria seria bem mais propício do que textos seguidos de exercícios, até mesmo na interação e no melhor entendimento da matéria, principalmente quanto as dúvidas que consequentemente teremos” (ALUNO 1). É nesse sentido que empatia, alteridade e diálogo permitem uma relação comunicacional híbrida entre professores e alunos mediada pelo digital.

**Impacto da exclusão digital**

Dados recentes, apontados pela PNAD Contínua[[6]](#footnote-6) (BRASIL, 2018, p. 6) demonstram que o acesso à Internet no Brasil, de forma geral, vem se mantendo em crescimento, passando de um total de, 74,9% em 2017 para 79,1% em 2018. Em outubro de 2017, o relatório sobre economia digital da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2017, p. 19) colocou o Brasil em quarto lugar no ranking mundial de usuários de Internet.

Entretanto, uma análise mais minuciosa precisa ser feita a fim de observarmos a disparidade no acesso à Internet dentro do país: dados apontam as diferenças regionais, bem como diferenças entre zona rural e zona urbana e, principalmente, acesso a dispositivos por renda *per capta*, índices relevantes para a compreensão da exclusão sócio digital que persiste no Brasil. Neste contexto, é possível observar a predominância de acesso em zona urbana em todas as regiões do país, com uma diferença de percentual de 34,6% entre a zona urbana e a rural, um índice bastante expressivo e que acentua ainda mais os problemas referentes à inclusão digital no Brasil, inclusive em se tratando das escolas que se encontram nestas zonas. Quanto ao acesso aos dispositivos por rendimento *per capta* dos domicílios, a pesquisa aponta que domicílios com renda *per capta* maior (entre R$3.111,00 e R$3.538,00) têm acesso a dispositivos como *tablets* e televisão conectada à Internet (*Smart* TV). Já os domicílios com menor renda *per capta* (R$1.765,00) acessam a rede por dispositivos móveis.

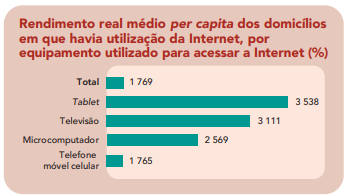


Imagem 2 – Internet por rendimento médio *per capita*

Fonte: IBGE / PNAD Contínua, 2018.

Os dados nacionais apresentados se revelam no campo de pesquisa. Por solicitação da SEEDUC, a escola, na qual o estudo em questão se desenvolve, fez uma pesquisa com o objetivo de conhecer o percentual de alunos com acesso à Internet, sendo respondida por 457 dos 680 alunos da escola. Os dados coletados revelaram que 66,5% dos alunos acessam a Internet através de aparelho celular próprio, 12,5% através de aparelho de algum membro da família, 15,1% tanto pelo celular quanto por computador e 5,9% não possuem acesso. Tais dados necessitam de aprofundamento para serem mais bem compreendidos, tendo em vista que o formulário não foi respondido por 33% dos alunos da escola, o que poderia indicar uma maior dificuldade no acesso. Ainda assim, o resultado revela que muitos não têm um dispositivo próprio e que esta pesquisa não problematiza a qualidade da conexão e também não aponta uma única dificuldade dos alunos, fato possível de ser observado em comentários como: “Professor eu conclui com atraso porque o telefone não é meu fui roubado aí estou usando o celular da minha mãe” (ALUNO 2); “Só consegui acessar o Classroom hoje, pois estava dando erro” (ALUNO 3); “Gostaria de avisa (sic.) que a Jéssika tá sem celular e ela não sabe por quanto tempo vai ficar sem e o Vitor não tá conseguindo entra (sic.) no Classroom!!” (ALUNO 4) e “Quero registrar que 2 alunos enviaram sem anexar o arquivo, provavelmente na operação de envio” (PROF. 2).

Ademais, as questões de acesso aos dispositivos e à Internet não abarcam apenas os alunos, tendo em vista que o piso salarial nacional do magistério público da Educação Básica, em 2019 foi atualizado para R$2.557,74, com previsão de reajuste para R$ 2.886,15 em 2020, conforme dados publicados no site do Ministério da Educação[[7]](#footnote-7). Vale ressaltar que esta remuneração se refere a uma jornada de 40 horas semanais, não oferecendo, portanto, muita facilidade de acesso a dispositivos e conexão de qualidade por parte dos docentes.

Em entrevista publicada em fevereiro de 2017[[8]](#footnote-8), Sergio Amadeu (2017), professor associado da Universidade Federal do ABC (UFABC) e membro do Comitê Científico Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), já alertava para a desigualdade de acesso às redes, advinda da desigualdade social no Brasil, como pudemos constatar pelos dados evidenciados nas pesquisas do IBGE, disponibilizados na PNAD Contínua de Acesso à Internet (2018). Segundo o professor, quem tem melhor acesso à Internet, através de banda larga e por planos e franquias mais abrangentes, ainda é a parcela mais favorecida da sociedade e, apesar de o acesso ter se democratizado nos últimos anos, principalmente entre os mais jovens, em virtude da mobilidade proporcionada pelos aparelhos celulares, a população mais carente acessa a Internet, em sua maioria, apenas pela rede móvel, se utilizando de planos pré-pagosque têm franquias mais restritivas e pagando mais caro por este serviço:

Os maiores entraves para a efetiva democratização da internetestão na concentração de renda, nos elevados custos da conexão no país e na falta de cobertura da banda larga nas regiões mais carentes. Há a crença neoliberal de que o mercado irá incluir as pessoas. Isso seria verdade se a renda fosse distribuída com o mínimo de equidade. Não é o que está acontecendo. Mesmo o acesso à internet por celulares é pequeno entre os mais pobres, pois eles utilizam planos pré-pagos. O custo dos planos de dados é impeditivo. (*Ibid*., s.p.)

Amadeu ressalta que há urgência de um plano de banda larga acessível a todos e em todos os lugares do país, mas que para isso o país deverá investir pesado em políticas e investimentos públicos para acesso à Internet. Tal discussão nos remete à compreensão de que a qualidade do acesso, mais do que o acesso por si só, interfere diretamente nas formas de interação mediadas por tecnologias digitais entre professores e alunos, no caso deste estudo no acesso à plataforma em questão, bem como nas relações simbólicas e os sentidos produzidos nessas interações.

**Considerações Finais**

Com relação à atuação dos professores no uso da plataforma foi possível observar que seu processo de imersão em um ambiente digital não se faz de forma tão intuitiva quanto muitas vezes observamos no uso das tecnologias em sua vida cotidiana. Essa análise sugere uma demanda referente à formação para o exercício da docência em um tempo em que aInternet trouxe para a vida cotidiana um novo aspecto cultural, evidenciando a necessidade da apropriação de novas formas de comunicação e de seu potencial interativo. A presença desta discussão na formação docente inicial possibilitará a reflexão acerca de metodologias imbricadas com os recursos tecnológicos disponíveis na contemporaneidade, efetivando a inclusão cibercultural dos docentes e possibilitando que estes engendrem suas práticas pedagógicas mediadas pelo digital, como aponta Santos (2017, p. 2):

Para que o potencial comunicacional e interativo das tecnologias digitais em rede não seja subutilizado em educação é necessário um investimento epistemológico e metodológico em práticas pedagógicas, de ações docentes e de pesquisa que apresentem conceitos e dispositivos que dialoguem com o potencial sócio-técnico da cibercultura. Assim, é importante que no exercício da pesquisa e da formação docente vivenciemos experiências formativas que agreguem o potencial comunicacional das tecnologias com a implicação metodológica e epistemológica das práticas educacionais.

Esse investimento, epistemológico e metodológico, enunciado pela autora, nos remete às considerações tecidas neste artigo a respeito da Educação a Distância, da Educação *online* e do Ensino Remoto. Mais do que compreender a diferença entre essas modalidades, cabe-nos observar as possibilidades que estas podem oferecer, destacando o síncrono, que demanda que os participantes devem se conectar no mesmo momento e interagir entre si, e o assíncrono. É nesse sentido que Santos (*Ibid.*, p. 3) conceitua a “educação *online* como um evento da cibercultura e não apenas como uma modalidade de EAD”. Ao engendrar processos curriculares específicos para este ambiente *online*, a educação ganha novos contornos, se afastando do ensino remoto. O que nos leva a novos questionamentos sobre a inserção da tecnologia nesses processos curriculares: seria apenas uma questão de exclusão sociodigital? Ou, como propõe a autora, uma questão de investimento epistemológico e metodológico? Reflexões que devem fazer parte dos processos formativos iniciais e continuados de professores, levando-os a compreender as tecnologias como mediação nos processos de interação nas salas de aula, observando assim os sentidos produzidos a partir dessas interações mediadas.

A plataforma *Google Sala de Aula* aqui analisada possui duas seções importantes: o *Mural*, que possui algumas características do chat, permitindo a troca de mensagens entre professores e alunos; e a área *Atividades*, na qual os professores postam tarefas e disponibilizam materiais de estudo para os alunos. Apesar de o *Mural* oferecer uma possibilidade de interação, não pressupõe necessariamente o síncrono, visto que as mensagens postadas nesta área podem ser acessadas a qualquer tempo após a postagem. Sendo assim, a plataforma não atende à questão da interação conforme proposta inicial da SEEDUC-RJ, já que não oferece ferramentas de texto, áudio ou vídeo para interação síncrona entre professores e alunos. No entanto, há de se considerar o assíncrono como um processo que oferece outras possibilidades aos estudantes neste momento em que as escolas estão fechadas, tendo em vista as questões de acesso aos dispositivos e à Internet. Fica evidente na pesquisa a suposta democratização da Internet em nosso país, já que foi possível observar pelos dados da PNAD Contínua (BRASIL, 2018), pela pesquisa feita com os estudantes da escola em questão e pela constatação dos baixos salários dos professores, o que é um provável fator de dificuldade de acesso a dispositivos e conexão de qualidade por parte dos professores que, ainda que já tenhamos, nos dias atuais, um acesso mais facilitado à Internet a partir dos dispositivos móveis, a banda larga está disponível para poucos. Os dados apontados neste estudo sobre domicílios com menor renda *per capta* indicam que o acesso à Internet por pessoas com menores rendas se dá, na maioria das vezes, apenas pela rede de dados 3G/4G de seus dispositivos móveis. Em virtude dos abismos sociais existentes no país, as classes populares ainda são mantidas em posição de inferioridade em relação às classes privilegiadas. Desta forma, o assíncrono permite que os estudantes desenvolvam suas atividades e seu aprendizado de acordo com o seu tempo e horário possíveis, mas fundamentalmente dentro de suas possibilidades de conexão.

Tem sido possível observar, ainda, que não apenas a exclusão digital se apresenta como um fator de dificuldade que permeia o ambiente da plataforma digital oferecida aos alunos. Dúvidas como “Oi professor, você teria como disponibilizar o livro em PDF ou as fotos dessas páginas para pesquisarmos as respostas, pois não se encontra na internet” (ALUNO 5); “Professor, assim como outros alunos, eu não consegui responder todas as questões por falta de suporte. Peço ao senhor que mande no próximo exercício um livro em PDF, para que todos possam procurar” (ALUNO 6); e “Eu não estou sabendo como fazer não estou conseguindo me adaptar” (ALUNO 7), demonstram que os estudantes não compreendem a Internet como um local de busca e de aprendizagem e que não têm conhecimento de como empreender essas pesquisas. Sugerem, pois, que, mesmo sendo sujeitos inseridos em uma sociedade em midiatização, os alunos apresentam dificuldades reais e significativas quando se trata de processos educacionais mediados por tecnologias digitais e não apenas pelas dificuldades de acesso.

Portanto, uma boa experiência de ensino a distância requer a busca por uma diversidade de interfaces de comunicação, que podem ser síncronas ou assíncronas, com o objetivo de oferecer aos estudantes tanto interatividade como autonomia na gestão de seu tempo, em suas possibilidades de conexão e fundamentalmente no processo de ensino-aprendizagem e na tessitura de seus conhecimentos. Os escritos de Santos (2009, p. 5664) vêm ao encontro desta discussão:

E chamamos de interfaces de comunicação àquelas que contemplam a troca de mensagens entre os interlocutores do grupo ou da comunidade de aprendizagem. Estas podem ser síncronas, isto é, contemplam a comunicação em tempo real (exemplos: chats, webconferências, entre outras). Podem ser assíncronas, isto é, permitem a comunicação em tempos diferentes (exemplos: fóruns, listas de discussão, blogs e wikis entre outras). Nas interfaces síncronas e assíncronas conteúdo e comunicação são elementos imbricados, não podemos conceber os conteúdos apenas como informações para estudo ou material didático construído previamente ou ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Ademais, não podemos negar que conteúdos são gerados a partir do momento que os interlocutores produzem sentidos e significados via interfaces síncronas e assíncronas.

A autora afirma que “a apropriação adequada dessas interfaces permite produzir conhecimentos num processo de autoria e co-criação” (*Ibid*., p. 5664) e recomenda ações como criação de ambientes hipertextuais, potencialização de comunicação interativa síncrona, criação de atividades de pesquisa e de ambiências para avaliação formativa, para que “seres humanos e objetos técnicos interajam num processo complexo que se auto-organiza na dialógica de suas redes de conexões” (*Ibid.*, p. 5664).

Entretanto, neste tempo de isolamento social e fechamento das escolas, em que os sujeitos do processo educacional se encontram dispersos, é real a preocupação de que ao não terem um canal direto de comunicação com seus professores, os estudantes possam perder o vínculo com a escola e que a qualidade do ensino ofertado pelas redes públicas acentue ainda mais as diferenças entre estas e a rede de ensino privada, cujos actantes possuem maior acesso à Educação *online* em virtude de sua condição social.

Com base em Freire, podemos apontar que cabe à escola, portanto, a compreensão do sistema comunicacional como elemento constituinte do sujeito, ressignificando-o a fim de que não se formem sujeitos passivos de recebimento de informações, mas capazes de interagir criticamente com o mundo social. Em se tratando da sociedade contemporânea, a escola deve estar comprometida com a mediação midiática e tecnológica, com o objetivo de suscitar formas de interação que possam compreender os recursos tecnológicos não apenas na sua materialidade e no seu uso. Em consonância com Freire (2002, p. 68) compreendemos que “o educador já não é mais o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. [...] Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Portanto, não se trata de utilizar ou não as mídias e tecnologias na escola e sim de apropriar-se destas como processo comunicacional capaz de produzir sentidos, uma condição inerente ao ser humano.

**Referências**

AMADEU, Sérgio (Entrevistado) & SANTOS, João Vitor (2017). IHU On-Line. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/565060-voracidade-das-empresas-de-telecomunicacoes-atualiza-desigualdades-no-brasil-entrevista-especial-com-sergio-amadeu-da-silveira>. Acesso em: 20 jul. 2020.

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **Revista USP**, n. 86, jun./ago. 2010, p. 122-135.

DEMO, P. Habilidades do Século XXI. **Boletim Técnico do SENAC**: a Revista da Educação profissional. v. 34, n. 2, Rio de Janeiro: SENAC Ed, mai/ago., 2008.

Educação a Distância – Universidade e Pandemia. Por “**Lives ANPEd Presente na Quarentena”** com Edméa Santos. 2020. 1 vídeo (58:34 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PWmuNdt7dAc&t=844s>. Acesso em: 09 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**22 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FAXINA, Elson; GOMES, Pedro Gilberto. **Midiatização:** Um novo modo de ser e viver em sociedade. Coleção: Comunicação & Cultura. São Paulo: Paulinas, 2016.

GOMES, Pedro Gilberto. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista Famecos**, v. 23, n. 2, mai./jun./jul./ago. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22253/14176>. Acesso em: 10 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE; 2018.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Dimensões e limites da empatia na comunicação: explorações na trilha de Husserl e Stein. In: XXVIII Encontro Anual da COMPÓS, 2019, Porto Alegre. **Anais do XXVIII Encontro Anual da COMPÓS.** Porto Alegre, 2019. p. 1-18. Disponível em: [www.compos.org.br/anais\_encontros.php](http://www.compos.org.br/anais_encontros.php). Acesso em: 20 jul. 2020.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.**15 ed., São Paulo: Cultrix, 2005.

ONU. Organização das Nações Unidas. Relatório sobre economia digital da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ier2017\_en.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

SANTAELLA, Lucia; CARDOSO, Tarcísio. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. **Matrizes**, v. 9, n. 1, jan/jun. 2015. p. 167-185.

SANTOS, Edméa Oliveira dos. **Educação online:** cibercultura e pesquisa-formação na prática docente. 2005. 351 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11800>. Acesso em: 10 jun. 2020

SANTOS, Edméa Oliveira dos. Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. **Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia.** Braga: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t12/t12c427.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SANTOS, Edméa. Educação online como dispositivo na ciberpesquisa-formação. **Revista Tecnologias na Educação**: Tecnologias na Educação, v. 20, p. 1-9, out. 2017. Disponível em: <http://tecedu.pro.br/ano9-numerovol20-edicao-tematica-iv/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SODRÉ, Muniz. **As Estratégias Sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed., Coleção temas básicos de pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1986.

1. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora de Língua Estrangeira - Inglês - na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e professora da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói, atuando na Assessoria de Mídias e Novas Tecnologias. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. eloisasemblano@gmailcom. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre e Doutor em Design pela PUC-Rio, Mestre em Educação e Linguagem pela USP. Professor do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense e do curso de Graduação em Jornalismo da UFF. alexandre.farbiarz@gmail.com. [↑](#footnote-ref-2)
3. Gomes (2016) traz considerações a respeito do termo *midiatização*, sinalizando que há autores que se utilizam do termo *mediatização,* referindo-se a este com o mesmo significado do primeiro. [↑](#footnote-ref-3)
4. “[...] deve ser entendida aqui como o produto de uma associação, influência mútua entre homem e artefato” (SANTAELLA e CARDOSO, 2015, p. 169). [↑](#footnote-ref-4)
5. “[...] deslocamento, deslize, invenção, mediação, a criação de uma conexão que não existia antes e que, em algum grau, modifica os dois elementos ou agentes” (LATOUR, 1994, p. 32 *apud* SANTAELLA e CARDOSO, p. 170). [↑](#footnote-ref-5)
6. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. O tema suplementar “Acesso à televisão e à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal” é pesquisado sempre no 4o trimestre do ano. [↑](#footnote-ref-6)
7. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-divulga-reajuste-do-piso-salarial-de-professores-da-educacao-basica-para-2020>. Acesso em: 31 jul. 2020. [↑](#footnote-ref-7)
8. Publicada no site do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/565060-voracidade-das-empresas-de-telecomunicacoes-atualiza-desigualdades-no-brasil-entrevista-especial-com-sergio-amadeu-da-silveira>. [↑](#footnote-ref-8)